

PARA QUE AMILCAR CABRAL PARE DE MORRER

Por: [Norberto Tavares de Carvalho](#), « O Cote»



[Genebra, 17-20 de Janeiro de 2009](#)

Numa viagem feita a Praia, Cabo-Verde, no verão de 1999, um amigo deu-me a ler um jornal que relatava de maneira categórica que o Comandante João Bernardo “Nino” Vieira dispunha-se a abandonar a luta para se entregar às autoridades portuguesas juntamente com a sua família e que, para os efeitos, a sua filha até já tinha sido matriculada num dos colégios de Lisboa. Passados longos anos, procurei esse jornal, em vão. Entretanto fui recolhendo outros dados que se inscreviam na mesma recta, mas no quadro que queria montar, faltava-me um *puzzle*, o jornal que lera na cidade da Praia. A procura durou anos. Até que, na semana passada, recebi a cópia de um mail publicado no blogue do Luís Graça & Camaradas da Guiné^[1]. O artigo era assinado pelo Magalhães Ribeiro (M.R.)^[2] e mostrava nada mais, nada menos do que o extracto do jornal “Tal&Qual” de 14 de Maio de 1999 intitulado, em exclusivo: *O pacto secreto de Nino com a Pide*.^[3] Jubilei-me. Era o jornal que tinha lido na Praia!!! Assim, pude completar o meu velho artigo, graças à extraordinária iniciativa do M.R., o “*Pira de Mansoa*”, que teve a relevância de partilhar connosco uma parte dos seus arquivos, permitindo-me assim concluir a reflexão que o caso sempre me inspirou. E em termos de *timing* calhou bem porque coincide com o trigésimo sexto aniversário do assassinato de Amilcar Cabral em Conacri no dia 20 de Janeiro de 1973. Conspiração que até à data presente nos queima as pálpebras pela ausência no cartório, dos verdadeiros responsáveis do acto. Porque até hoje não existe nenhuma prova substancial de que a obra foi do general Spínola, que aliás sempre negou o facto, pois sonhava poder convencer o Amilcar das vantagens do seu projecto julgado demagógico de autodeterminação e posterior independência da Guiné, no quadro duma *portugalidade* considerada deveras insustentável, que seria, como se disse em certos círculos, perguntar a um escravo que já se revoltou, se ele quer ser livre? Mas, no fim de contas, a independência da Guiné, privada do seu grande timoneiro, não mostrou que seria melhor continuar “escravo” do que ficar agarrado num eterno *chove que não molha*? Tantas oportunidades falhadas, tanto abuso de poder, tantos crimes e desavenças! E enquanto isso, Cabral não parava de morrer... Bem, além da tese do PAIGC que abona sempre em detrimento do general, quem atribuiu directamente as despesas da organização do crime ao ex-Governador da Guiné, foi o então capitão Otelio Saraiva de Carvalho que para tal se referiu a um telegrama enviado ao general no dia 5 de Janeiro de 1973 e que segundo ele, dizia: “ *O PAIGC é sobretudo e principalmente Amilcar Cabral. Mas Cabral não é um homem que se possa comprar. Para o neutralizar, existe um único meio: eliminá-lo.*”^[4] O que é curioso é o facto de o

telegrama nunca ter sido reproduzido em parte alguma. Teria sido a sentença de morte pronunciada pelo Professor Marcelo Caetano, condenando Cabral. Mas, e as implicações internas na cúpula do PAIGC que hoje sabemos de sobra que existiram? Foram também obras do Spínola? Tentemos remontar às raízes que nos podem indicar que, talvez, os que executaram friamente o homem, não precisavam para isso de ordens de ninguém. As revelações que seguem dão para dizer que a conduta traiçoeira da ala guineense do PAIGC e o próprio PAIGC foram desde sempre *primos germanos*. Quem nos acredita nesta tese, em primeiro lugar, é o diplomata Luís Gonzaga Ferreira, cônsul de Portugal no Senegal, nos anos 60, citado no livro « Operação Mar Verde, um documento para a história ». ^[5]

No seu testemunho, o Cônsul relata:

"Eu tinha muitos contactos em Conakry – e com algumas pessoas muito bem colocadas -, e em certa altura sou informado de que representantes das forças militares do PAIGC queriam falar comigo. Recebi-os em Dakar. Eram três comandantes – nunca citei nem vou citar os seus nomes (dois já morreram). Propuseram-me o seguinte : Queriam saber se era verdade que o governo português estava disposto, na medida do possível, a apoiar um grupo guineense que, segundo constava, tinha o apoio do governador em Bissau e, indirectamente, do governo de Lisboa. Queriam saber se isso era verdade. (...)

E o mesmo prossegue mais adiante:

« Encontrei ainda mais uma vez dois desses comandantes do PAIGC, em Dakar, para lhes anunciar que a ideia tinha sido aceite e que faltava agora pô-la em prática. Eles voltaram a encontrar-se em Bathurst, na Gâmbia^[6] com outros representantes portugueses, vindos de Bissau. »

Os contactos do Cônsul com os tais comandantes interrompe-se aí, pois numa reunião da OUA, organizada em Dakar com os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros, Luís Gonzaga Ferreira acabou por ser notificado *persona non grato e expulso* do Senegal. « *É a ruptura final* » das negociações com os comandantes do PAIGC, diz-nos António Luís Marinho^[7]

Qual dos três comandantes ainda se encontrava vivo no momento em que o Cônsul português deu a entrevista (2005, data da publicação do livro "Operação Mar Verde)? E quem era o governador da Guiné nesse período dos anos sessenta?

Um outro testemunho, o do Sr. António Vaz Antunes, Coronel de Infantaria, escreve, no mês de Abril de 1987, em Mafra, um opúsculo de dez páginas que intitula: « *Guiné: uma diligência interrompida porquê?* » ^[8]

Trata-se de negociações iniciadas entre elementos do exército colonial português e comandantes do PAIGC, em Cuntima, que visavam o regresso massivo, à Guiné, desses comandantes e dos seus homens. O plano acabaria no entanto por abortar com a substituição do General Spínola na Guiné pelo seu colega Bettencourt Rodrigues. Eis em resumo o que António Vaz Antunes nos desvenda:

(...) Mas eis que no dia seguinte, 30 de Junho de 1973, domingo, cerca do meio-dia, me procura um indivíduo fula, não guinéu, que eu conhecia desde que assumira o comando do sector por contactos estabelecidos em Farim. Era um agente de informações com o nome de código Padre, ao que se sabia pertencente ao Front da Guiné-Conakri e com especial aceitação no Comando-Chefe.

(...) Foi por força desta mútua confiança que ele agora me procurou e pediu que fizesse uma mensagem relâmpago para Bissau solicitando a presença do General Spínola nesse dia, ali em Cuntima, para um contacto com alguns dirigentes do PAIGC.

Acedi ao pedido, redigi a mensagem, retroverti-lha para francês para verificação e fi-la seguir. Por volta das 14.00 horas é recebida a resposta de Bissau. Pretendia o Comandante-Chefe explicações de pormenor. O agente estranhou tal pedido uma vez que o General sabia do que se estava a passar e o seu retardamento podia prejudicar o resultado de todo um trabalho de meses.

Fez-se, no entanto, rapidamente novo texto, um pouco mais explícito. Cerca das 16.00 horas vem a resposta à segunda mensagem: àquela hora já não se podia fazer a deslocação porque o regresso não era possível antes da noite e os helicópteros não estavam preparados para isso.

Foi um balde de água fria para o agente que, mal tomou conhecimento da mensagem saiu, desesperado; era, segundo dizia, todo o esforço perdido, o seu crédito junto do PAIGC abalado e, provavelmente, a impossibilidade de preparar outro encontro. (...)

- Mas o Coronel vai? É que eu não me atrevia a pedir, mas é mesmo essa a única hipótese de salvar a situação criada pela recusa do General Spínola.

Depois de argumentar que não estava credenciado para tal missão e de uma troca de impressões sobre o que ele pretendia, acabei por dizer-lhe:

- Nós estamos proibidos de contactos deste género mas porque confio em si aceito ir.

(...) A noite estava cerrada. Na nossa frente viam-se as luzes de uma povoação senegalesa, já próxima. Caminhávamos em silêncio. Chegámos ao local indicado pelo mensageiro da bicicleta, cerca de um quilómetro dentro do Senegal, quando se notou a aproximação de um automóvel que parou a duas centenas de metros, do qual saíram dois indivíduos que se dirigiram a pé para nós.

Era o interlocutor.

O agente fez as apresentações e eu estendi-lhe a mão - o que, segundo soube mais tarde, o sensibilizou muito. Tratava-se do representante pessoal do Comandante Geral das forças do PAIGC.

« Não venho tratar de assunto pessoal nem de grupo restrito. Trata-se sim de problema que diz respeito a todos os combatentes do PAIGC. Andamos há já dez anos nesta luta. Somos agora menos do que quando começámos. Actualmente não nos entendemos com o escalão político: eles são cabo-verdianos e comunistas; e nós somos guinéus, combatentes e não comunistas. Desejamos apenas uma Guiné melhor. Já chegámos à conclusão de que, sozinhos, não somos capazes de a fazer, mas sê-lo-emos convosco. A nossa proposta é muito simples: em dia e hora que se combine acaba a guerra, nós seremos integrados nas forças da Guiné, sem recriminação nem vingança; e depois,

juntos, faremos a Guiné melhor. Tudo isto tem que ser combinado em curto espaço de tempo e com o maior segredo, porque se for descoberto antes do tal dia e hora terei a mesma sorte que outros companheiros meus já tiveram. »

Quem seria este « Comandante geral das forças do PAIGC », cujo nome o Coronel de Infantaria não mencionou? O certo porém é que tudo leva a crer que nesse período a tropa portuguesa circulava à rédea solta nos seus sectores. Efectivamente, do ponto de vista militar, 1972 "vinha sendo um mau ano para o PAIGC" ^[9]. Osvaldo Lopes da Silva, cabo-verdiano e militante do PAIGC que participou activamente na luta armada, aborda este sujeito da seguinte maneira: " *Tínhamos conflitos intestinos que vinham causando uma certa corrosão ao partido. Não tínhamos baixas em combate, mas estávamos a perder homens por deserção. Os portugueses tinham voltado a adquirir liberdade de acção no Sul, e por isso tivemos de evacuar escolas, hospitais...*" ^[10] Eu confirmo que na prisão da Ilha das Galinhas, na Guiné, onde cumpria a minha pena, encontravam-se vários desertores do PAIGC que a Pide tinha engaiolado.

Um outro testemunho vem convergir as suas declarações com as precedentes, numa entrevista concedida ao jornalista Bruno Oliveira Santos, da revista História e Ciências, em Outubro de 2005 ^[11]. Um testemunho de peso, pois trata-se do ex-inspector da PIDE, Óscar Cardoso. Extracto da entrevista:

Bruno Oliveira Santos: A PIDE delineou algum plano secreto para matar Amílcar Cabral?

Óscar Cardoso: Não. Assim como lhe disse abertamente que a PIDE colaborou na eliminação de Eduardo Mondlane, também lhe garanto que nunca existiu nenhum plano para matar Amílcar Cabral. Quem matou Cabral foram dissidentes do PAIGC, a PIDE não teve nada a ver com aquilo. Essas histórias estão todas muito mal contadas. E na altura do 25 de Abril havia já um acordo entre o Nino Vieira e o nosso governo para aquele vir para Portugal, com a mulher e a filha, cuja colocação na Universidade estava já assegurada. Ora, quem conta essa história muito bem é o coronel Vaz Antunes, que estava então na Guiné, num opúsculo chamado Uma Diligência Interrompida. (...) ^[12]

Estará este testemunho na continuidade da cena dos três comandantes contada pelo Cônsul Luís Gonzaga Ferreira, citada mais atrás, ou seriam casos isolados?

Eis o que nos leva então às revelações do famoso jornal " *Tal&Qual*" de 14 de Maio de 1999, (o tal que eu tinha lido na cidade da Praia!), que se apresenta com letras garrafais intitulando " *O pacto secreto do Nino com a Pide*", tendo como subtítulo " *No dia em que Nino quis desertar...*" O artigo é implacável. Vejamos: " *Poucas semanas antes do 25 de Abril de 1974, o agora presidente da Guiné, João Bernardo "Nino" Vieira, esteve a um passo de trocar as matas da Guiné então portuguesa por uma "vida condigna" em Lisboa.*" ^[13] E o jornalista prossegue: " *Tudo indica que a vontade de João Bernardo "Nino" Vieira abandonar a luta guerrilheira datava já de 1973, quando o PAIGC se preparava para eleger o substituto de Amílcar – assassinado a 20 de Janeiro daquele ano (...). Nessa altura as divisões entre guineenses e cabo-verdianos eram notórias e o mal-estar tinha-se instalado... (...). No verão desse ano e apesar de algumas movimentações feitas pelos seus incondicionais, caso do guineense Fidélis Almada, Nino*

tinha compreendido que, apesar do seu prestígio militar, não possuía condições para ascender à liderança do PAIGC... (...)

Este artigo põe o *Rei* a nu, pois declina a identidade do tal *Comandante Geral das forças do PAIGC*, que António Vaz Antunes, Coronel de Infantaria, talvez por uma questão de pudor, não revelou no seu opúsculo. À volta do plano de deserção do "Nino" Vieira, ainda segundo o jornal "Tal&Qual", estiveram implicados o Senhor Agostinho Barbieri Cardoso, considerado então o homem-forte da Pide/DGS em Portugal e o *Monsieur* Alexandre de Marenches, chefe dos SDECE, serviços secretos franceses. No terreno, na Guiné, "o Padre", (ou l'Abbé em francês) nome de código de um agente guineense, garantia os contactos com o chefe da guerrilha, o João Bernardo "Nino" Vieira. Esta história revela que a traição sempre esteve presente na ossatura do PAIGC. O próprio Osvaldo Vieira não teria sido visto num *jeep*, em companhia do Inocêncio Kani, um dos assassinos, no próprio dia do crime? O João Cruz Pinto e o Julião Lopes não foram citados pelos conspiradores durante o inquérito à volta do assassinato? O nome do João Bernardo "Nino" Vieira, segundo revelações do malgrado Brigadeiro Ansumane Mané, não foi referido no inquérito? Eis o que o Brigadeiro revelou: *"No momento em que o Amilcar Cabral morreu, o Nino deixou-nos lá ficar e foi para Conacri. Dias depois encontrámo-nos em Kandjafra (...). Ele chamou-me e fomos sentar-nos, os dois, no mato, fora da base. O Nino disse-me: "Tiveste muita sorte, porque entre os que foram presos (...), ninguém mencionou o teu nome." É que o dele fora referido, acusado de ter alguma coisa escondida. E desatou a chorar. (...) Foi então que eu disse a todos os camaradas que estavam na base: Se vier aqui alguma pessoa para prender o camarada Nino, para lhe fazer perguntas sobre a morte do camarada Amilcar Cabral, essa pessoa será presa e morta. E foi assim que ultrapassámos a situação."*^[24] O cabo-verdiano Onésimo Silveira, numa entrevista, não disse que o Aquino de Bragança, jornalista da revista *Afrique-Asie*, um dos primeiros a chegar ao local do crime, não escreveu tudo o que sabia, a pedido do Presidente Samora Machel? Recorde-se que este conceituado jornalista, que pereceu com o Presidente moçambicano no mesmo acidente de avião, pelos laços familiares que estabelecia com o Siaka Turé, homem forte da segurança do seu tio Sekou Turé, teve o privilégio de assistir aos interrogatórios dos assassinos e presumíveis culpados do assassinato. Agora, que na cronologia da caça ao homem a Pide nunca escondeu o desejo de eliminar Cabral, parece não haver dúvidas. E não vou ser eu quem defenderá o general Spínola que quase me esbofeteou no seu gabinete em Bissau, quando lancei a greve dos estudantes em 1972... E se bem que, até aqui, estive, como a grande maioria da intelectualidade guineense, convicto da tese que atribui o *complot* ao Spínola, hoje guardo a convicção de que houve vários caudais conspirativos que desembocaram na agressão mortal do líder. E a ala guineense do PAIGC não deve estar alheia a esta convergência. Na minha opinião, os que urdiram o crime, ainda não usavam galões e partilhavam a mesma trincheira que o Amilcar. A ala cabo-verdiana do PAIGC, que confessa ter-se precipitado no apuramento das responsabilidades acreditara que talvez fosse mais reconfortante, no intuito de salvaguardar a neblina de olho do próprio defunto, a unidade Guiné e Cabo-Verde, carregar a culpa no general do que sacudir a própria trincheira. Se for isso, sabemos hoje que foi tempo perdido... No espiral do verbo trair, a eliminação física acabou por substituir os actos de deserção, representando a mediocridade política de certos dirigentes guineenses. E essa cultura

da morte resistiu e arrastou-se até aos nossos dias. A precipitação confessa que esteve à volta do inquérito sobre o assassinato do Amílcar Cabral, precipitação reconhecida pelo Aristides Pereira e o Luís Cabral, impede hoje a história de (re) conhecer os túneis por onde passaram os assassinos de Cabral. Os executores beneficiaram de todas as espécies de apoios morais, de conluios de sombra, às sobras, de perversos encorajamentos da parte do substrato guineense, bem rodado no que toca a lides conspirativas. Por isso, no montar da guarda à volta da câmara ardente onde fora posto os restos mortais de Cabral, Sekou Turé (o verdadeiro obreiro do crime, segundo o comandante Alpoim Calvão ^[15] - uma outra pista a não negligenciar... sobretudo porque contradiz frontalmente "Os Três tiros da Pide" do jornalista Oleg Ignatiev ^[16]) mandou tudo para a caserna. O velório foi garantido pelos cabo-verdianos e malta do norte, os únicos que podiam mostrar pata branca. O resto, sempre utilizando a estratégia da lagarta, *comendo a maçã por dentro*, pôs-se à espera de novas oportunidades que acabariam por lhe aparecer no 14 de Novembro de 1980. Para terminar esta reflexão pessoal, revelações que nos chegam hoje de vários canais mediáticos, fiáveis e bem documentados, de autores e de investigadores, de analistas e de críticos, dão-nos a força de questionar a história, aproximar-se cada vez mais das verdades, sacudir mitos e apear falsas legendas. Que o povo guineense possa ser enquadrado por homens e mulheres caldeados na mesma fé por que o líder se sacrificou, retomando a sua verdadeira soberania, votando com consciência, nas próximas presidenciais, para eleger um presidente que o ame e que é incapaz de se servir dele como refém ou simples moeda de troca, como o fez e o faz o actual.

Deve-se agir, para que Cabral pare de morrer.

^[1] <http://blogueforanada.blogspot.com>

^[2] <http://coisasdomr.blogspot.com>

^[3] Idem

^[4] « La Guinée-Bissau, d'Amílcar Cabral à la reconstruction nationale », Ed. l'Harmattan, 1978, p. 16.

^[5] De António Luís Marinho, Edição Círculo de Leitores, Barcelos, 2005, p. 35-39.

^[6] Note-se que *Bathust* era a antiga denominação da Gâmbia actual.

^[7] Operação Mar Verde, idem.

^[8] Para ver a integralidade do opúsculo pode-se ir no www.google.com marcando o título.

^[9] José Vicente Lopes, Cabo-Verde, Os bastidores da independência, Spleen edições, 2002, p. 209.

^[10] Idem, p. 209.

^[11] Histórias secretas da PIDE/DGS : a guerra de África, historia ciência. www.weblog.com.pt

^[12] Para ver a integralidade do opúsculo pode-se ir no www.google.com marcando o título.

^[13] Largos extractos do jornal "Tal&Qual" do 14 de Maio de 1999, disponível no blogue do Magalhães Ribeiro, já citado.

^[14] José Vicente Lopes, Cabo-Verde, Os bastidores da independência, Spleen edições, 2002, p. 216.

^[15] Alpoim Calvão, "De Conakry ao M.D.L.P.", Dossier secreto, Editorial Intervenção, Lisboa 1976, ps. 87 a 103.

^[16] Oleg Ignatiev, "Três tiros da Pide", Prelo Editora, Lisboa 1975.



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org